

## **INFORMAÇÃO Nº 39/2017 – GAB/SEFIPE**

PROCESSO Nº 1138/02

**EMENTA:** Pensão vitalícia concedida a IZABEL CRISTINA RODRIGUES DE ARAÚJO e temporária a CIBELE CRISTINA RODRIGUES DE ARAÚJO, instituída pelo ex-servidor ERONILDES PEREIRA DE ARAÚJO, matrícula nº 00.794-3, no cargo de Técnico Tributário, 1ª Classe, Padrão II, nos termos dos artigos 215, 217, inciso I, alíneas "a", e inciso II, alínea "a" e 224 da Lei nº 8.112/90, de acordo com o ato publicado no DODF de 19/04/2000, retificado pelo ato publicado no DODF de 13/10/2003.

Ausência de documentos comprobatórios da percepção de alimentos pela Sra. Elza Ferreira de Lima, como ex-esposa pensionada. Exclusão da pensionista. Legalidade.

**Pedido de Revisão. Documentos supervenientes. Por relevar a intempestividade. Conhecimento da demanda.**

Senhora Presidente,

Trata o presente processo da concessão de pensão civil instituída pelo ex-servidor ERONILDES PEREIRA DE ARAÚJO, falecido em 09/02/2000, nos termos mencionados na ementa.

2. Na análise inicial dos autos, o Tribunal, mediante **DESPACHO SINGULAR Nº 344/02 - GCJF**, baixou os autos em diligência para:

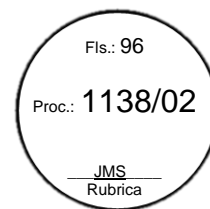
*a) juntar aos autos do apenso nº 040-001.552/2000, o inteiro teor da ação de alimentos, com o fim de evidenciar o destaque de pensão alimentícia em favor da ex-esposa, Sra. ELZA FERREIRA DE LIMA, e ficha de controle de pessoal especificando a destinação da pensão alimentícia citada no contracheque."*

3. Ato contínuo, em face da declaração da interessada de que não possuía documentos outros além daqueles que já constavam dos autos, o Tribunal, por meio do **Despacho Singular nº 223/03 – GCJF**, determinou a exclusão do rol dos beneficiários do ex-servidor o nome da Sra. ELZA FERREIRA DE LIMA por falta de amparo legal.

4. Na última oportunidade em que se manifestou nos autos, o Tribunal, por meio da **Decisão nº 1586/2004**, teve por cumprida a referida diligência e considerou legal a concessão, **in verbis**:



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL  
GABINETE



O Tribunal, por maioria, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: **I - considerar legal, para fins de registro, a concessão em exame, ressalvando que a regularidade dos proventos**, especificamente no que tange à forma de cálculo do ATS, que incide sobre a "RAV de Técnico" está "sub judice", ficando vinculada ao que vier a ser decidido na ADIn nº 2.135-4, conforme dispõem o item III da Decisão nº 3.516/02, adotada no Processo nº 3612/99, referente à Carreira Magistério Público do Distrito Federal, e o item I da Decisão nº 2.270/02, adotada no Processo nº 178/00, referente à carreira Procurador do Distrito Federal; **II - determinar à Secretaria da Fazenda do Distrito Federal que alerte as interessadas sobre a possibilidade de pleitearem o cômputo em dobro (Lei nº 22/89) de todo o período trabalhado pelo instituidor do benefício no lapso compreendido entre 21/4/1958 e 20/04/1962.**

5. Pois bem. Passados 13 anos daquela deliberação, comparece ao feito a Sra. Elza Ferreira de Lima pleiteando a revisão da decisão que a excluiu do rol de beneficiários da pensão, deferindo-se, por conseguinte, o restabelecimento do benefício pensional em face da documentação que fez juntada.

### **DA ADMISSIBILIDADE**

6. O Recurso de Revisão está regulamentado no art. 288 do Regimento Interno do TCDF:

Art. 288. O **recurso de revisão**, sem efeito suspensivo, poderá ser interposto uma só vez e por escrito, pelo responsável, pelo interessado, pelos seus sucessores ou pelo Ministério Público junto ao Tribunal, dentro do **prazo de cinco anos**, contados na forma prevista no art. 168 deste Regimento, e será fundado em:

I - erro de cálculo nas contas;

II - falsidade ou ineficácia de documentos em que se tenha fundamentado o acórdão ou a decisão recorrida;

**III - superveniência de documento novo com eficácia sobre a prova produzida.**

Art. 289. A tramitação e a apreciação do recurso de revisão compreendem as fases de admissibilidade e mérito, que serão conduzidas por relator diverso daquele(s) que tiver(em) proferido o(s) voto(s) condutor(es) da(s) decisão(ões) de mérito anterior(es), assim consideradas:

I - **na fase de admissibilidade**, o Tribunal, a partir do voto do relator, ouvida a unidade técnica, verificando o cumprimento dos **requisitos de admissibilidade**, compreendendo a **tempestividade, o interesse, a legitimidade**, o pedido **calcado nos incisos I a III do art. 288** deste Regimento e **causa de pedir coerente com o pedido**, determinará:

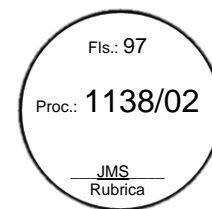
a) a **audiência dos demais interessados ou responsáveis**, se houver conflito de interesse ou gravame para qualquer uma das partes, para apresentarem contrarrazões, tendo em conta os princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório;

b) o envio dos autos à unidade técnica para instrução quanto ao exame de mérito.

II - na fase de apreciação do mérito, que incluirá, além das razões recursais, as contrarrazões, se houver, o Tribunal, com base no voto do relator, após o exame levado a efeito pelo órgão técnico, ouvido também o Ministério Público junto ao Tribunal, apreciará e resolverá o recurso.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL  
GABINETE



§ 1º A audiência dos interessados ou responsáveis a que se refere a alínea "a" do inciso I deste artigo observará o disposto no art. 283<sup>1</sup> deste Regimento.

7. De fato, as peças acostadas aos autos, em anexo ao pleito, trazem informações não conhecidas pela Corte que, inclusive, podem ter eficácia sobre a prova produzida (item III do art. 36 da LC nº 01/1994 e III do art. 288 do Regimento Interno/TCDF).

8. O "documento novo" consiste em expediente já existente à época dos fatos, embora não conhecido pela Corte quando dá análise de mérito da concessão, ainda que tenha sido oportunizado à interessada em diligência.

9. Destaca-se, em especial, o acordo de modificação de cláusula de fls. 73/74 **datado de setembro/1985** (assinado pelo instituidor da pensão e a ora recorrente), devidamente homologado em juízo (fl. 75). Consta dizeres expresso no sentido de que o acordo outrora homologado seria 40% (quarenta por cento) incluindo-se a ex-esposa e, o novo acordo incluiria tão somente os "dois alimentandos remanescentes". E, diante da informação de que estaria se excluindo os 2 filhos que atingiram a maioridade, a princípio, tem-se que os 20% acordados destinar-se-ia ao único filho ainda menor e a Sra. Elza Ferreira de Lima.

10. Assim, quer parecer que o Ofício nº 769/1985, oriundo da Vara Cível de Sobradinho/DF, que noticiou ao órgão de pessoal da então Secretaria de Administração do DF a necessidade de desconto de 20% (vinte por cento) dos rendimentos do instituidor, não reproduziu fielmente o acordo celebrado *inter partes* e homologado em juízo, vez que constou a expressão: "a título de pensão alimentícia em favor dos filhos menores, haja vista que os outros alcançaram a maioridade." Isso, porque não havia mais 2 filhos menores e o acordo expressamente consignou 10% per capita, logo, infere-se que não poderia referir-se tão somente ao filho menor.

11. **O pleito é intempestivo.** O prazo supera em muito os **cinco anos** previstos no caput do art. 288 do RI/TCDF, vez que a decisão que pugnou pela legalidade da concessão, após a sua exclusão do rol de beneficiários, foi publicada em DODF de abril de 2004, há cerca de 17 anos.

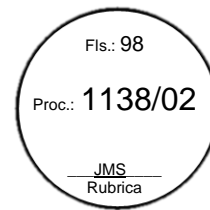
12. De qualquer sorte, preenchidos os demais pressupostos de admissibilidade: interesse, legitimidade, coerência da causa de pedir com o pleito e a visível possibilidade de eficácia da nova documentação sobre a prova produzida, somos pelo conhecimento do pleito, em homenagem ao contraditório e a ampla defesa.

---

<sup>1</sup> Art. 283. O recurso, inclusive o interposto pelo Ministério Público junto ao Tribunal, tendente a agravar a situação de outro interessado ou instalar o conflito de interesses, será objeto de comunicação ao atingido em potencial, para oferecer contrarrazões recursais, com prazo igual e improrrogável para todos os interessados e atingidos, facultando-lhes a apresentação de novos documentos.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL  
GABINETE



Pelo exposto, sugere-se ao Relator que vier a ser designado na forma do *caput* do art. 289 do RI/TCDF:

- I. relevar, em homenagem aos princípios do contraditório e da ampla defesa, a intempestividade do pleito;
- II. conhecer do Recurso de Revisão interposto pela Sra. Elza Ferreira de Lima, sem atribuição de efeito suspensivo, nos termos do art. 36 da Lei Complementar nº 1/94 e dos arts. 288 e 289 do Regimento Interno do TCDF;
- III. chamar em audiência as Sras. Izabel Cristina Rodrigues de Araújo e Cibele Cristina Rodrigues de Araújo, beneficiárias da pensão em questão, para apresentarem, no prazo de 30 (trinta) dias, contrarrazões na forma do item I, “a”, e § 1º do art. 289 do RI/TCDF;
- IV. dar ciência da decisão que vier a ser proferida, com observação de que o recurso em apreço pende de exame de mérito:
  - a) à Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal;
  - b) à recorrente;
- V. autorizar a devolução dos autos à SEFIPE para o exame do mérito do recurso em questão.

À consideração superior.

Brasília, 11 de abril de 2017.

**SEBASTIÃO CAL DE MIRANDA**  
Secretário de Fiscalização de Pessoal